

Modiano confirma calote da dívida

Jornal de Brasília • 5

interna

Sônia Mossri

Depois do congelamento de ativos financeiros e do alongamento do perfil da dívida mobiliária federal, o governo prepara um audacioso projeto de redução do endividamento do Estado com empreiteiras, fornecedores e sistemas financeiros, com a transformação de quase totalidade dessa dívida em títulos do Tesouro. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, em entrevista exclusiva ao **Jornal de Brasília**, disse que a equipe econômica já estuda a troca da dívida interna com o setor privado por títulos, que seriam negociados no mercado secundário com deságio.

Para Modiano, um dos privilegiados assessores da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, que participaram ativamente da elaboração do plano de estabilização, especialmente do bloqueio de cruzados, o principal objetivo da proposta do Governo de trocar débitos junto a empreiteiras, fornecedores e sistema financeiro por títulos é homogeneizar os débitos das empresas estatais. Somente para empreiteiras, com um poderoso lobby junto ao círculo mais íntimo do presidente Fernando Collor, as empresas estatais somam débitos superiores a US\$ 4 bilhões. Com a rede bancária, numa dívida pulverizada entre cerca de 100 instituições, de acordo com representantes da Federação Nacional das Associações de Bancos (Febraban), as estatais devem mais de US\$ 3,5 bilhões.

Argentina

A proposta da equipe da ministra da Economia faz lembrar o calote dado pelo presidente da Argentina, Carlos Menem. No caso argentino, o governo Menem pagou a

dívida com credores privados lançando mão dos já famosos "bonex", que são bônus com prazo de resgate de dez anos, mais 35 parcelas trimestrais de amortização. Mesmo assim, analistas do Ministério da Economia afirmam que, na prática, por ter cláusula de reajuste cambial, o calote argentino se transformou num bom negócio.

Primeira autoridade a admitir formalmente estudos do Governo para trocar dívida por bônus, Modiano garantiu que, ao contrário do exemplo argentino, o emprego de bônus com cláusula de correção cambial está totalmente descartado. "Num programa de estabilização, a dolarização da economia seria arriscada", observou o presidente da BNDES.

Para técnicos do Departamento do Tesouro, a adoção de cláusula de reajuste cambial para os "bonex" brasileiros, como já se tornou conhecida a proposta entre alguns setores do próprio governo, implicaria numa insegurança muito grande para o caixa da União, com riscos de perdas grandes. A cada desvalorização da moeda brasileira para o dólar, os bônus se tornariam mais atraentes e, ao mesmo tempo, aumentariam as perdas para o Tesouro.

A troca de dívida por bônus se tornou um assunto tabu no Ministério da Economia. Mesmo assim, os técnicos comentam as numerosas reuniões do assessor especial da ministra da Economia, Luiz Fernando Welish, com representantes de empreiteiras, instituições financeiras, fornecedores, assessores do Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Ministério da Infra-Estrutura. Há cerca de dois meses, Welish presidiu os trabalhos de grupo interministerial encarregado de estudar alternativas para a dívida e também consolidá-la. Os resultados desse trabalho

constituem um segredo, mantido a sete chaves pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

Auditoria

Ao longo do último mês, a assessoria da ministra está ensaiando a realização de uma auditoria, que faz lembrar a proposta de partidos de esquerda para a dívida externa. Trata-se da elaboração de uma completa auditoria sobre a dívida das estatais, aferindo-se a legalidade e legitimidade dos contratos.

Um dos principais colaboradores da ministra da Economia disse ontem ao **Jornal de Brasília** que o governo tem como meta uma negociação contratual. Na realidade, tanto empreiteiros com representantes de bancos não tinham ilusão com relação a um eventual pagamento dos débitos pelo novo governo que se instalou depois de 15 de março. Mesmo assim, os "bonex" brasileiros soam de uma única forma na tradicional linguagem de banqueiro, calote.

Cautela

Na prática, o calote já vem sendo praticado por todos os governos anteriores, que desde a crise de 80 que se abateu sobre a economia, não desembolsam quase nenhum centavo para empreiteiras, como lembram assessores do Ministério da Economia. Não existe previsão no Orçamento Geral da União para pagamento desses débitos.

De qualquer forma, Eduardo Modiano dá o tom da proposta em análise ao enfatizar que é preciso muita cautela na redução do endividamento das estatais, processo essencial para retomada dos investimentos em infra-estrutura. Ele lembra, com bom humor, que uma redução excessiva pode trazer de volta a rotineira bola de neve de novas dívidas.

Debêntures

Os primeiros passos para a tro-

ca de dívida por bônus já foram dados nos últimos dias pelo secretário nacional da Fazenda, Geraldo Gadenalli. Num longo processo de negociação, Gadenalli já conseguiu convencer os portadores de debêntures de série especial da extinta holding Siderbrás a trocá-las por títulos do Tesouro. Faltam ainda a realização de assembléia dos debenturistas da Siderbrás para efetivar essa troca, além do envio de projeto de lei ao Congresso Nacional para autorizar a operação de substituição das debêntures, papéis de empresas tipicamente de sociedade anônima, por bônus do Tesouro.

A grande novidade, caso essa operação de troca de debêntures por títulos da dívida mobiliária federal for bem sucedida, é que a equipe econômica conseguirá uma vitória importante junto a parcela significativa dos credores internos. As negociações de Gadenalli com os debenturistas envolvem uma prorrogação da dívida e incorporação dos juros ao principal, proposta que certamente a ministra da Economia gostaria de obter dos bancos comerciais na negociação da dívida externa brasileira.

A renegociação com empreiteiras, fornecedores e sistema financeiro foi mantida em banho-maria em função das eleições. Não é segredo que o presidente Fernando Collor obteve apoio significativo para a sua campanha ao Palácio do Planalto junto a grupos de empreiteiras. Por isso mesmo, não foi publicado o decreto que oficializava essa negociação, instituindo grupo presidido pelo ex-secretário-executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, atual presidente da Petrobrás. Com o fim das eleições, o processo já adquiriu nova velocidade e o decreto poderá ser publicado no Diário Oficial da União brevemente.